

Gestão ambiental indígena no Acre: Paralelos com a “Ética do Bem Viver” e a “Ecologia Profunda”

Roberta Graf¹

(Artigo vinculado à palestra da autora no Seminário Agroecol-2016, na UFGD - Universidade Federal Grande Dourados, em novembro de 2016)

maio de 2017

1. Gestão ambiental e agroecologia indígena no Acre

Agradeço imensamente o convite ao Agroecol-2016. Me chamaram para falar da agroecologia dos indígenas e a Ética do Bem Viver. Para os indígenas, a agroecologia é de fato destaque, mais usualmente praticada e conhecida por eles nos SAFs (sistemas agroflorestais). Mas faz parte de algo maior e planejado: a gestão ambiental de seus territórios.²

As terras indígenas em nível nacional apresentam maior grau de conservação ambiental até mesmo do que as unidades de conservação de proteção integral, como vemos em estudos periodicamente publicados do Inpe e do ISA. Cada vez mais os próprios indígenas são protagonistas na gestão completa de seus territórios, incluindo o esforço pela conservação.

No Acre, a “gestão territorial e ambiental” (segundo a nomenclatura da lei) de terras indígenas é algo consolidado, exitoso e crescente. A agroecologia, parte desta gestão, puxa conceitos correlatos que vêm sendo trabalhados, pelos indígenas e por pesquisadores: agroecossistemas, agrobiodiversidade, segurança alimentar e nutricional e produtos da sociobiodiversidade (neste ponto, inclui os produtos do extrativismo florestal, ou seja, não só os cultivados).

A gestão ambiental de TIs surgiu como uma necessidade óbvia de zelar de um território demarcado para uma população crescente. Historicamente, os indígenas povoavam áreas mais vastas e eram nômades (algumas etnias mais, outras menos), conforme a necessidade de recursos naturais. Hoje não, estão fixos e com territórios limitados, alguns bem pequenos. O Acre é pioneiro nessa questão, pelo próprio protagonismo indígena e pela ação principal da CPI-Acre, entre outras instituições. Obteve projetos-piloto que serviram de base à importante Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI, Lei n. 7.747 de 2012).³

Todas as 15 etnias do Acre praticam agroecologia e gestão ambiental em maior ou menor grau.⁴ Algumas são referência nacional e até mundial no assunto, como o povo⁵ Ashaninka, na TI Kampa do Rio Amônia, da associação Apiwtxa. Conta com Benki Piyãko, um líder político e pajé mundialmente conhecido, revelado pelo músico Milton Nascimento na sua obra “*Txaĩ*”. Seu irmão Issac foi secretário de meio ambiente de Marechal Thaumaturgo e hoje é prefeito no município, o primeiro prefeito indígena do estado. Seu outro irmão, Francisco, está há anos presente na Funai ou na Assessoria Indígena do Estado do Acre. Os Ashaninka criaram uma escola de formação agroecológica no município

¹ Servidora do ICMBio / CNPT / Acre, ex-servidora do Ibama / Acre e doutora em Gestão e Política Ambiental pela Unicamp, com atuação nestas áreas e correlatas há mais de 23 anos, em universidades, ONGs e instituições públicas.

² Gestão “ambiental” é o termo mais usado e aceito, porém também pode ser visto, em especial para os indígenas, como gestão “socioambiental” ou mesmo “ecológica”.

³ A PNGATI surgiu de um processo lento e participativo de elaboração, de 2008 a 2012, fruto de um GT entre o MMA, a Funai e a Apib.

⁴ No Acre, são 15 etnias, distribuídas em 27 terras povoadas, em cerca de 305 aldeias, num total de mais de 17 mil indígenas.

⁵ Os indígenas preferem o termo “povo” à “etnia”, e assim também têm-se guiado, cada vez mais, os autores e a legislação. O conceito de “populações” tradicionais também tem dado lugar ao de “povos”.

denominada Yorenka Ātame – Centro de Cultura da Floresta, com cursos de formação para indígenas, vizinhos do entorno de sua terra (extrativistas, ribeirinhos e pequenos colonos) e público em geral.⁶

Outra referência é o povo Kuntanawa, da Área Indígena Kuntanawa do Alto Rio Tejo, em processo de demarcação, situada dentro da Reserva Extrativista Alto Juruá (a mais antiga do Brasil), também no município de Marechal Thaumaturgo. Eles ajudaram, inclusive, com protagonismo central, a criar esta reserva, junto a importantes lideranças como *Txai* Antônio Macedo, *Txai* Terri Aquino, Chico Ginú e Antônio de Paula no Vale do Rio Juruá (em concomitância com Chico Mendes, Wilson Pinheiro e outros, no Vale do Rio Acre). Trata-se, em especial, do Seu Milton, o patriarca de origem indígena desta família, cuja esposa, Dona Mariana, também de origem indígena, foram e são grandes guerreiros da causa ecológica e agroflorestal, gerando um bom número de filhos e netos também ativistas na causa, como o filho Osmildo e o neto Haru Kuntanawa, e seus vários parentes que vivem praticando SAFs e gestão ambiental em geral.⁷ Eles plantam e distribuem para o entorno milhares de mudas todos os anos, reflorestando e enriquecendo a mata com alimentação variada para eles e para a fauna, e com madeira e palha necessária ao seu sustento.

Por fim, uma terceira referência belíssima de recuperação de área degradada, da menor TI do Acre, de cerca de 300 hectares, que não contém nenhum igarapé, que eles receberam totalmente degradada com pastos antigos, e que hoje é um exemplo de produção agroflorestal vasta e de piscicultura, é a TI Colônia 27, do povo Huni Kuin, em Tarauacá, bem próxima da cidade. Seu cacique, Assis Kaxinawá, incansável, foi um dos mais de 200 Agentes Ambientais Voluntários indígenas formados e apoiados pelo Ibama, de 2003 em diante,⁸ e é também AAFI (Agente Agroflorestal Indígena), do programa exemplar da CPI, que funciona até hoje⁹ e conta, por épocas, com uma bolsa fornecida pelo governo do Acre.¹⁰ Com pouco apoio e muita labuta, os indígenas dessa TI apresentam uma incrível produtividade de toda espécie de frutas, leguminosas e peixes, e escoar a produção é difícil, pois o seu “ramal” (estrada de terra) está sempre repleto de atoleiros, embora seja muito perto da cidade. Este povo, também produtivo em artesanato, mantém intercâmbios e são professores de indígenas e público em geral, em diversos cursos de gestão ambiental e produção agroflorestal.

Sem desmerecer as demais TIs do Acre. As TIs Igarapé do Caucho e Nova Olinda, por exemplo, são exemplares em vigilância territorial. Trata-se da fiscalização, contra as invasões de madeireiros e caçadores, entre outros. Incansavelmente, fazem rondas de seus limites de áreas vastas, e agem com as próprias mãos, devido à imensa falta dos órgãos de controle os quais, sucateados, quase não têm presença em suas e em outras áreas (no caso, Ibama e Funai). O estado do Acre, embora elogiado e tido como um dos mais

⁶ Ver em: <http://apiwtxa.blogspot.com.br/2010/08/yorenka-atame-centro-de-cultura-da.html>.

⁷ Para mais detalhes dessa bonita história do ressurgimento étnico Kuntanawa, ver o livro de Mariana C. Pantoja Franco, “Os Milton” (2008).

⁸ Coordenei o Programa dos AAVs de 2006 a março de 2011, quando extinto pelo Ibama, mas continuei apoiando os AAVs indígenas e não indígenas de diversas formas: outros cursos de formação, visita às áreas, obtenção de recursos financeiros para uso direto pelos AAVs (por exemplo, com apoio da Dra. Meri Cristina Gonçalves do MPE via transação penal) e redação e revisão de projetos de gestão ambiental em TIs. Com apoio dos valorosos colegas do Ibama, formei mais de 500 AAVs, sendo cerca de 200 indígenas, de 44 terras e áreas não demarcadas, a maior parte no Acre, mas contemplando também o sudoeste do Amazonas, incluindo outras 4 etnias. Atingimos todas as terras indígenas povoadas do Acre. E até hoje, mesmo estando no ICMBio / CNPT há três anos, embora o Centro tenha como foco principal os extrativistas das UCs, e o Instituto apresente extrema carência de servidores, procuro apoiar e alavancar a agenda indígena tanto quanto possível.

⁹ O programa da CPI-Acre, de formação continuada e apoio às ações práticas dos AAFIs nas aldeias, é exitoso, bem conhecido e documentado, e foi o pivô da gestão ambiental indígena no estado. Em execução de 1996 até hoje, conta com mais de 170 AAFIs na ativa.

¹⁰ O governo do Acre apoia os indígenas por meio da Aepi, do setor indígena da Sema (programa de etnozoneamento) e da ATER indígena da Seaprof, principalmente. Mas há críticas constantes dos indígenas aos governos das três esferas, de que falta apoio, por exemplo na saúde, educação, produção e escoamento, e manutenção de ramais.

preservados, apresenta sim um alto índice de crimes ambientais, em especial extração de madeira, caça e pesca predatórias (boa parte para venda).¹¹ O Ibama aqui está super reduzido, em especial após o fechamento, em “processo” irregular, dos seus escritórios de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira. O Imac também é fraco, desprovido de recursos. Até a Polícia Ambiental, também diminuta, tem atuado mais fortemente do que os órgãos ambientais. Este é um cenário complicado, de sucateamento proposital da política e gestão ambiental públicas, desde o governo federal (principalmente) até os municipais, mas não é o foco desse artigo.

Os indígenas do Acre, então, fazem gestão ambiental. Elaboram seus Planos de Gestão Ambiental (PGTIs, ou PGATIs), frutos dos projetos de etnomapeamento da CPI e do etnozoneamento do governo do Acre via Sema.¹² Os Planos têm sido publicados desde 2004, sendo documentos amplos,¹³ contendo os mapas completos, com as ocorrências dos SAFs, as áreas de refúgio de fauna e pesca, as áreas permitidas para agricultura, as áreas de pressão e vulnerabilidade (por exemplo, as que sofrem invasões), os limites e seus marcos, a localização das aldeias e dos postos que usam para expedições de caça ou vigilância e fiscalização, etc. Há também os principais dados, de população, habitação, água e saneamento, resíduos sólidos, produção agrícola e de pequenos animais, produção florestal, projeções, etc. Quanto à pecuária, há terras que permitem e outras que não. As que permitem, o fazem com fortes restrições. As que não, estão aos poucos acabando com os rebanhos.

Nos PGTIs, há recomendações das melhores práticas de gestão para cada assunto, e em alguns casos, metas, para cada ano, por exemplo. Os Planos são revistos periodicamente, em geral a cada 5 anos, usados e disseminados em reuniões internas e externas, periódicas. A depender do apoio financeiro do governo e/ou de editais, alguns Planos têm sido impressos em lindas publicações coloridas bilíngues (português/língua materna indígena), e contém muitas fotos e figuras que realçam a valorização cultural. Todos eles estão imbuídos de educação bilíngue e pesquisa e revalorização cultural constante, dos seus ancestrais, nas histórias, conhecimentos agroecológicos e medicinais,¹⁴ pinturas (os *kenê*),¹⁵ artesanato (como cerâmica, tecelagem, de borracha [tapetes, utensílios, enfeites, sapatos, bijuterias], cocares, colares e pulseiras [de algodão tecido ou miçangas]), desenhos, canções, rezas, rituais, etc.

Os indígenas acreanos têm praticado o etnoturismo, de forma incipiente, principalmente através de festivais anuais (com destaque ao festival Yawanawá da Aldeia Nova Esperança, na TI Rio Gregório, mas quase todas as terras possuem seu festival anual, de maior ou menor porte). Os festivais lhes têm sido ótima oportunidade da ampliação de

¹¹ Há iminência de problemas bem mais sérios, que continuam com dados sigilosos, nos gabinetes de governo e empresas, por exemplo as explorações de gás natural (e talvez petróleo) no Vale do Juruá e as rodovias e ferrovias “transoceânicas” que pretendem cruzar o Brasil até o Oceano Pacífico, e atingir o Peru via Acre, cruzando UCs e TIs na região de maior biodiversidade do mundo (Serra do Divisor).

¹² Uma experiência semelhante de bom êxito é o programa de Cartografia Social, coordenada por Alfredo Wagner B. de Almeida, da Ufam. Um dos seus projetos beneficiou a Área Indígena Kuntanawa do Alto Rio Tejo, supracitada.

¹³ Similares aos planos de manejo de unidades de conservação.

¹⁴ Os indígenas acreanos costumam fazer seus “parques medicinais” ou “parques de cura” nas clareiras da floresta, em geral em torno de uma frondosa árvore de samaúma, para eles sagrada e também chamada de “rainha da floresta”. Estes parques são o enriquecimento da mata com plantas nativas medicinais e ornamentais. Geralmente liderados pelos próprios pajés.

¹⁵ Os *kenê* são grafismos típicos indígenas, em geral com geometria simétrica. São figuras ancestrais e de pesquisas atuais, todas ensinadas pelo espírito da jiboia. A jiboia é, para eles, um animal especialmente sagrado, que ensina os *kenê*, boa parte do artesanato (como a cerâmica e a tecelagem, essa também inspirada pela aranha) e os cantos. É preciso invocar e entrar em contato com a jiboia para aprender, ter autorização e supervisão dela. Mormente através dos rituais com Ayahuasca, a serem comentados mais adiante. Aliás, foi também a jiboia encantada que os ensinou a preparar a Ayahuasca e que dirige, espiritualmente, todo o ritual. Há também a prática do uso da sananga e do *bawã*, ambas plantas das quais se faz colírios para os olhos, que curam doenças físicas e abrem a visão espiritual da pessoa.

alianças e projetos de apoio com variadas pessoas e instituições nacionais e internacionais que procuram ajudar as causas indígena e ecológica.¹⁶

Com destaque aos AAFIs, os indígenas também fazem, sistematicamente, educação ambiental e agroflorestal, dentro e fora das escolas, em todas as reuniões e eventos, para seu público de todas as idades. Nas questões de água, saneamento e gestão de resíduos sólidos, contam com significativa ajuda dos agentes de saúde e sanitários (AIS e AISANs, respectivamente).¹⁷

Os AAFIs possuem uma importante associação estadual, a Amaaiac, desde 2002, e os professores, a Opiac, ainda mais antiga. Ambas funcionam com apoio da CPI, captam recursos e promovem abundantes projetos de plantio, formações e intercâmbios indígenas. Há também a Sitoakore, organização de mulheres indígenas. O povo Huni Kuin possui uma federação, já que são espalhados em muitas terras e municípios (a FEPHAC). E cada terra possui uma ou mais associações juridicamente estabelecidas. A organização e institucionalização crescente de suas ações e demandas demonstra seu profissionalismo, e tem sido efetivamente cada vez mais necessário para assegurar sua participação nas redes de governança socioambiental (como conselhos, fóruns, etc), nos movimentos sociais organizados e ter acesso a editais e fontes de financiamento.¹⁸

Em termos de produção agroecológica, mormente na forma de SAFs, há muita fartura. A cultura indígena é conhecida por valorizar a fartura e a diversificação alimentar. Produzem macaxeira (mandioca - e a farinha dela), variedades de inhame, cará e batata, amendoim (mudubim), milho, feijão, frutas exóticas e nativas da mata enriquecida (como banana, mamão, limão, laranja, graviola, abacate, cacau, cana, coco, pupunha, cupuaçu, açai, buriti, bacaba), temperos, plantas medicinais e derivados (“garrafadas”, pomadas, os produtos *in natura* – como óleos de copaíba e andiroba - e cosméticos, etc, de produção e comercialização ainda tímida). A CPI contabiliza 188 espécies agroecológicas nas TIs acreanas (ROCHA, 2016). Procura-se enfatizar a produção e uso de sementes nativas. Felizmente, não se observa a penetração de agrotóxicos. A maior parte da produção é de consumo interno, mas há comercialização do excedente, a depender das condições de escoamento da produção (nada simples no Acre, pois chove muito – má condição de ramais - e a maior parte das aldeias estão bem distantes das cidades – alto consumo de gasolina nos barcos). Estão começando a criar abelhas (meliponicultura), com interesse crescente, e têm a prática de coletar mel nativo (como da abelha jandaíra). Também manejam quelônios, para repovoamento dos corpos d’água (rios e igarapés) e consumo alimentar. Reflorestam áreas, principalmente de matas ciliares, e recuperam áreas degradadas com práticas agroecológicas.

Em piscicultura, produzem variadas espécies, principalmente o tambaqui, e pescam variadas também. Na pesca, têm procurado eliminar ou controlar o uso do tinguí e outras

¹⁶ Se bem que há, também, impactos negativos, mas observo que os indígenas têm cada vez mais se precavido quanto a isto, na seleção e orientação da entrada de pessoas nos festivais, principalmente estrangeiros. Já houve pelo menos um caso de biopirataria/“pirataria cultural” que tomei conhecimento, afora outros que podem ter havido. E há numerosos riscos de impactos culturais, de entrada de drogas e/ou crimes, de venda ou doação (proibida) de artesanato de origem animal (em especial os cocares), e de impactos ambientais em si, com a entrada de muita gente de uma vez em áreas preservadas. Esse tema é muito amplo para o artigo, mas também é objeto de atuação minha e de outros atores, em especial da Funai local, que busca apoiar os festivais, mas alertando para as boas práticas de minimização dos impactos. De qualquer forma, repito, os festivais têm tido visível impacto positivo para as populações indígenas, para a valorização cultural e a gestão ambiental.

¹⁷ O abastecimento de água tem avançado mais rapidamente nas aldeias, com esforços de instalação de poços artesianos ou similares, e na melhor gestão de cacimbas. Já nas questões de saneamento básico e de resíduos sólidos, há muito o que avançar. Ainda há considerável “esgoto” a céu aberto e nos corpos d’água e má disposição de lixo, inclusive com a péssima prática da sua queima. E ainda há considerável uso direto de sabão e detergente nos corpos d’água, questão preocupante, e particularmente grave no caso dos açudes, que rapidamente eutrofizam.

¹⁸ As associações indígenas participam de conselhos de governança socioambiental e de movimentos sociais, crescentemente ocupando os espaços políticos. A Amaaiac, por exemplo, participa do Consea (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional) e da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). Também participam de intercâmbios e efetuam viagens individuais ou em grupos para tratar de variados temas ambientais, políticos, culturais e espirituais/religiosos, nacional e internacionalmente.

plantas venenosas (proibidas na legislação, mas de uso cultural arraigado).¹⁹ Na caça, usam de tudo, mas têm procurado caçar de forma controlada, mantendo espécies e áreas de refúgio, conforme verificam alguma espécie diminuir em diários de caça (monitoramento de caça). Sempre caçam somente para subsistência. As espécies mais comuns são paca e cutia, inclusive pela abundância, mas apreciam anta e veado (ambas tidas como nobres), jabuti, porquinho (queixada) e muitas outras. Procuram ter boas práticas, como preservar filhotes e fêmeas prenhas. O povo indígena acreano em geral é carnívoro, mas não em excesso como os não indígenas urbanos. Inclusive em termos de criação de animais, há criação de variadas espécies exóticas (galinha, pato, ganso, porco, ovelha, etc). Há projetos bem pequenos e a maioria ainda não exitosa de criação (manejo) de animais silvestres para consumo, como paca, cutia, capivara e jabuti, mas devido à dificuldade e à falta de apoio, ainda não há avanços significativos nesse tema.

Quanto às madeiras e palhas para construção, há preocupação de plantio e boa gestão, e muitas aldeias têm optado pela alvenaria nas novas construções de casas e locais coletivos (escola, sede da associação), com apoio de projetos ou da CEF (Programa Minha Casa, Minha Vida), ainda que com arquitetura e pintura indígenas, exatamente para preservar os recursos florestais, já em declínio. Não há comercialização de madeira. Plantam madeiras-de-lei (mogno - aguano, cerejeira, cedro) e palheiras (paxiúba, jarina, jaci, etc).

Há uma preocupação presente, já atentada pelos indígenas, de declínio do cultivo de alimentos em favor da compra de produtos industrializados, o que atinge frontalmente a segurança alimentar e a valorização cultural. Isso ocorre com as TIs muito próximas das cidades ou das estradas. Com a chegada também de mais dinheiro vivo nas aldeias, crescente com políticas sociais inclusivas (como as aposentadorias rurais e as bolsas-família) e a própria profissionalização endógena (professores, agentes de saúde, sanitários e agroflorestais – todos indígenas), a “tentação” de comprar as coisas prontas nos supermercados é grande e efetivamente ocorre. O que causa grande preocupação, porque, com o dinheiro “pouco”, dão preferência aos produtos “ruins” (refrigerante, açúcar, suco em pó e macarrão, conservas de carne enlatada, frango e carne bovina das grandes empresas), repletos de agrotóxicos, transgênicos, corantes e toda a sorte de substâncias prejudiciais à saúde. Bem como, o lixo, as famosas sacolas plásticas e muitas embalagens e “bugigangas” de consumo barato. Por fim, com isso corre-se o risco de ir pretendo a prática e conhecimento da agroecologia e da sociobiodiversidade. Um rico conhecimento, abundante em sua cultura. As lideranças indígenas percebem isso, e fazem esforços contrários. Porém, a população cresce, o impacto socioambiental capitalista chega a todos, indistintamente. É um desafio crescente combatê-lo, para indígenas e as populações tradicionais e rurais em geral.

2. A cultura indígena como apoio à gestão ambiental

Há diversos fortes atributos da cultura indígena, em especial presentes nas etnias do Acre, que venho ressaltar aqui, que em tudo coadunam positivamente à gestão ambiental/ecológica.

Eles são comunitários e coletivos, de fato. Tudo é pensado coletivamente. A construção e distribuição das casas e roçados, as equipes de vigilância, as turmas de caçada, pescaria, plantio e etc. Toda o produto agrícola, florestal e da caça e pesca é

¹⁹ Assim como o controle ou abandono do tingui, outras questões polêmicas que as lideranças indígenas têm procurado controlar, nos PGTIs e na prática, são a diminuição do uso do fogo (comum culturalmente), o consumo de ovos de tracajá, o transporte de carne de caça para a cidade e a venda de artesanato animal (contendo penas, ossos, dentes e peles). A venda de artesanato de penas é especialmente preocupante, e infelizmente muitos indígenas ainda têm essa prática ilegal, sofrendo, às vezes, sanções dos órgãos ambientais quando pegos em fiscalização. A legislação restritiva é nacional e necessária diante do grave cenário de diminuição da fauna, e, embora a maioria dos indígenas não concorde com ela, com referência à sua prática cultural histórica, têm que se adaptar.

partilhado: se for pouco, dentro da família, e se for muito, dentro da aldeia ou para um conjunto de famílias. Os que têm salário contribuem mais, financeiramente, com a associação e os eventos, proporcionalmente, e isso é demonstrado com transparência nas assembleias.

Eles são democráticos internamente. Bem mais do que os não índios, nos dão grandes exemplos de política. As decisões são lentamente construídas em dias de reuniões, se preciso for, todo mundo efetivamente tem voz ativa. As lideranças agem democraticamente, e quando não o fazem, são trocadas. Consideram-se lideranças os caciques, os líderes de aldeias, professores, agentes (de saúde, sanitários e agroflorestais), os anciãos e pajés, os líderes de grupos de jovens, de mulheres e de artesãos.

Eles são espiritualizados. Há farta literatura e estudo antropológico sobre a espiritualidade indígena, fortemente conectada com a natureza. Para eles, cada ser ou elemento natural (incluindo todas as plantas, animais, o solo, as águas, o vento, o sol, a lua, as estrelas, etc) possui espírito (*yushin*), se comunica com eles, é sagrado e tem a mesma importância que eles. Algo que será analisado mais adiante, nas Êticas do Bem Viver e da Ecologia Profunda. Não se pode impactar ou mau usar os recursos naturais, pois espiritualmente eles se vingam dos homens, e vice-versa: se bem tratados, conferem saúde física, mental e espiritual. Tudo é permeado de espíritos, e é preciso trata-los bem. O xamã (pajé) transita entre eles, conversa, negocia com eles.

Em particular, as etnias do Acre consagram a espiritualidade junto à bebida Ayahuasca,²⁰ chamada por eles nos nomes maternos, como *Huni*, *Nishi Pãe* e *Kamarãpi*. Com destaque aos povos Ashaninka e Huni Kuin, os grandes professores da Ayahuasca, eles obtêm boa parte de sua orientação de como agir através do seu uso ritual/religioso. E a Ayahuasca, de fato, segundo as pesquisas publicadas, proporciona a ampliação da percepção da natureza, e portanto das práticas de sua conservação. Para os indígenas, a prática ambiental e ecológica está ligada com sua espiritualidade, e arrisco dizer, com segurança de minha vivência de 20 anos nesta seara, que os indígenas do Acre são ainda mais ecológicos e espiritualizados que a média nacional, pelos benefícios conferidos pela Ayahuasca.²¹



Figura 1: O povo Ashaninka em uma das atividades de etnomapeamento.
Foto de Ricardo Maia.

²⁰ Bebida milenar, de amplo uso dos Andes à baixa Amazônia, já mundialmente espalhada pelas doutrinas do Daime e da União do Vegetal, obtida pelo cozimento do cipó *banisteriopsis caapi* com a folha do arbusto *psychotria viridis*.

²¹ Há o uso de outras plantas de poder ou “plantas professoras” (ALBUQUERQUE, 2011), como o tabaco e o paricá (angico branco), usados mormente na forma de rapé, e o *mucá*, uma batata altamente sagrada e acessível somente a quem pratica longas dietas, retiros e formações junto a pajés experientes.

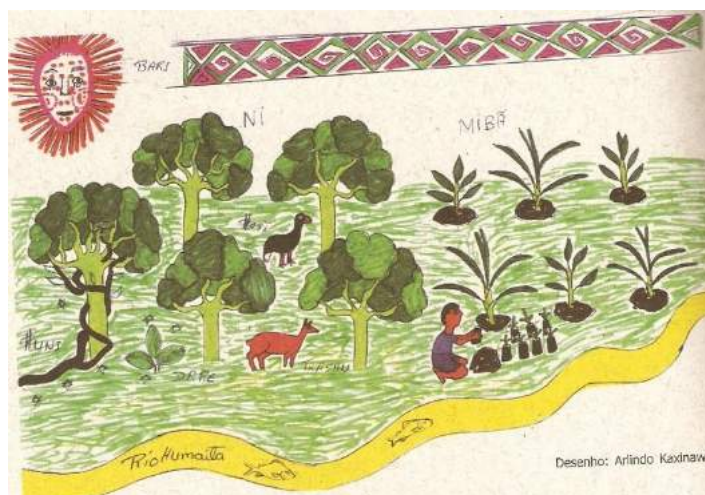


Figura 2: Um dos muitos desenhos que compõem os trabalhos dos AAFIs e os PGTIs do Acre. Desenho de Arlindo Kaxinawá. Fonte: OCHOA & TEIXEIRA, 2006.

3. A Ética do Bem Viver

Para introduzir os temas, cito aqui o documento final de uma das edições do importante movimento social indígena “Acampamento Terra Livre” (ATL), que ocorre anualmente em Brasília, nos meses de abril ou maio. Este movimento sempre tem trazido fortes impactos na política nacional, pois os indígenas costumam entrar (ou invadir, se preciso) no Congresso Nacional, no Palácio do Planalto, nos ministérios, ocupam a Praça dos Três Poderes e a Esplanada. Neste ano de 2017, o ATL foi um forte movimento, incluindo protestos contra as recentes reformas (ou desmontes) trabalhistas e da Previdência Social, e contra a corrupção e pró eleição diretas (o “fora Temer”). Neste ano, firmaram o mote “Demarcação Já”, inclusive com uma densa canção de Chico César e um longo vídeo divulgado na internet, com participação de dezenas de músicos e artistas.

Os indígenas têm historicamente promovido fortes movimentos sociais em todos os assuntos, reconhecidos por sociólogos renomados. Principalmente, movimentos soioambientais (como contra as mega-hidrelétricas na Amazônia, com destaque à Belo Monte e às pretendidas na Bacia do Rio Tapajós) e da reforma agrária. Afinal, até hoje, há substancial falta de demarcação e invasão de suas terras, inclusive com muita violência (assassinatos e atentados diretos) e graves problemas sociais (como suicídios, alcoolismo e vastos acampamentos em beiras de estradas). Houve, inclusive, muitas vitórias, como a paralisação das usinas da Bacia do Tapajós pela força do movimento indígena Munduruku e o atendimento a condicionantes na usina de Belo Monte, pela força das várias etnias do Rio Xingu. Se não houver a cobrança dos movimentos sociais, infelizmente, nem a legislação ambiental nem as condicionantes miúdas dos complexos processos de licenciamento têm sido minimamente cumpridas. Na verdade, nenhuma terra é demarcada sem muita luta dos movimentos, pois os processos praticamente param na burocracia federal, e a maioria enfrenta conflitos graves com latifundiários. Problemas de décadas, não resolvidos por nenhuma gestão de governo federal, sempre denunciados por várias organizações e de pleno conhecimento da ONU e da OEA. Em especial, situação de genocídio efetivo nos Guarani e Guarani-Kaiowá, em Dourados, Mato Grosso do Sul, curiosamente, sede deste Seminário Agroecol-2016.²²

Segue a citação:

²² Nesta região já houve absurdos como uma reunião de latifundiários fazendo leilões de gado para angariar fundos e montar milícias de perseguição aos índios. Ocorrem assassinatos e atentados aos indígenas continuamente. As sedes da Funai e de ONGs indigenistas são constantemente invadidas e depredadas, e seus membros perseguidos. O chefe da Funai recentemente nomeado para o Mato Grosso do Sul, o Coronel Renato Santana, além de militar, é um grande latifundiário, e houve muita resistência do movimento indígena. Para mais informações, ver GRAF (2014) e o blog “Combate ao Racismo Ambiental”.

“Vimos em uma só voz expressar perante os governos, corporações e a sociedade como um todo o nosso grito de indignação e repúdio frente às graves crises que se abatem sobre todo o planeta e a humanidade (crises financeira, ambiental, energética, alimentar e social), em decorrência do modelo neo-desenvolvimentista e depredador que aprofunda o processo de mercantilização e financeirização da vida e da Mãe Natureza.

É graças à nossa capacidade de resistência que mantemos vivos os nossos povos e o nosso rico, milenar e complexo sistema de conhecimento e experiência de vida que garante a existência, na atualidade, da tão propagada biodiversidade brasileira, o que justifica ser o Brasil o anfitrião de duas grandes conferências mundiais sobre meio ambiente. Portanto, o Acampamento Terra Livre é de fundamental importância na Cúpula dos Povos, o espaço que nos possibilita refletir, partilhar e construir alianças com outros povos, organizações e movimentos sociais do Brasil e do mundo, que assim como nós, acreditam em outras formas de viver que não a imposta pelo modelo desenvolvimentista capitalista e neoliberal.

Defendemos formas de vidas plurais e autônomas, inspiradas pelo modelo do Bom Viver/Vida Plena, onde a Mãe Terra é respeitada e cuidada, onde os seres humanos representam apenas mais uma espécie entre todas as demais que compõem a pluridiversidade do planeta.

A SALVAÇÃO DO PLANETA ESTÁ NA SABEDORIA ANCESTRAL DOS POVOS INDÍGENAS

RIO DE JANEIRO, 20 DE JUNHO DE 2012

IX Acampamento Terra Livre – Bom Viver/Vida Plena” (grifos dos autores)

Começamos a entender a Ética do Bem Viver (EBV), que nada mais é do que uma adaptação da própria cosmovisão ameríndia ancestral, embora sintetizada academicamente em 2011, pelo autor e ativista político do Equador, Alberto Acosta (2016). “Bem viver” e “plano de vida” são conceitos indígenas fortes no Equador, também encontrados nos povos nativos da América do Sul em geral, como os Quéchua e os Aimara. Conceitos paralelos ao bem viver na língua Guaraní são os *nhandereko* e *teko porã*, por exemplo.

A EBV é o cerne da lei boliviana que pretende ser um marco do Direito Ambiental, resumida a seguir:

“A Lei dos Direitos da Mãe Terra e Desenvolvimento Integral para Bem Viver, sancionada em 15 de outubro de 2012, por Evo Morales:

PRINCÍPIOS:

- 1) HARMONIA com equilíbrios ecológicos dinâmicos.*
- 2) BEM COLETIVO.*
- 3) REGENERAÇÃO da Mãe Terra: Garantia de equilíbrios ecológicos, resiliência, manutenção de todas as espécies de vida, limites à ação humana.*
- 4) RESPEITO e defesa aos direitos da Mãe Terra (e todos os sistemas e seres vivos, incluindo o humano): Para o bem viver de gerações atuais e futuras. Via “sujeito coletivo” e “interesse público”.*
- 5) NÃO-MERCANTILIZAÇÃO: Sistemas e processos de vida não podem ser vendidos ou privatizados.*
- 6) INTERCULTURALIDADE: Respeito e valorização da diversidade cultural e dos saberes tradicionais, unidos aos científicos.*

DIREITOS:

- 1) VIDA.*
- 2) DIVERSIDADE DE VIDA: Veda alteração genética.*

- 3) ÁGUA.
- 4) AR LIMPO.
- 5) EQUILÍBRIO.
- 6) RESTAURAÇÃO.
- 7) VIVER LIVRE DE CONTAMINAÇÃO.

* Cria-se a “*Defensoria da Mãe Terra*”.

* A *Mãe Terra* é um sistema vivo dinâmico, formado pela comunidade indivisível de todos os sistemas de vida e seres vivos, inter-relacionados, interdependentes e complementares, que compartilham um destino comum. A Mãe Terra é considerada sagrada nas cosmovisões das nações e povos indígenas e camponeses originários.”

* O exercício dos direitos individuais estão limitados pelo exercício dos direitos coletivos nos sistemas de vida da Mãe Terra, qualquer conflito entre direitos deve resolver-se de maneira que não se afete irreversivelmente o funcionamento dos sistemas de vida.

* As políticas públicas devem promover a defesa destes direitos e modos de vida sustentáveis.

* Prevenir sobre-exploração dos componentes e mercantilização dos sistemas de vida.

* Buscar soberania energética e fontes limpas.

* Reconhecimento internacional da dívida ambiental e transferência de recursos e tecnologia.

* Promover a paz e a eliminação de qualquer arma nuclear, química ou biológica.

* Produção e consumo sustentáveis.

* Condiciona mega-estruturas e projetos de desenvolvimento que afetem o meio ambiente e as culturas locais.

* Torna crimes ambientais inalienáveis (sem direito à suspensão da pena e com sanções mais graves, em especial em caso de reincidência).” (grifos meus)

“Nossos antepassados nos ensinaram que pertencemos a uma grande família de plantas e animais. sagrada, fértil e a fonte da vida que alimenta e cuida de todos os seres vivos em seu ventre.” Os ricos depósitos minerais do país são chamados de “benção”, e a natureza “é um ser vivo mais importante que nós”. [autoridades da Bolívia, disponível em: www.ecodebate.com.br, acesso em: 30/04/2011].

Na interpretação dessa lei, também afirma-se que “as terras públicas serão dotadas, distribuídas e redistribuídas de maneira equitativa com prioridade para as mulheres, os povos indígenas originários camponeses, comunidades interculturais e afro-bolivianos que não possuem terra.” É proposta, literalmente, a reforma agrária, “a eliminação da concentração de propriedade da terra ou latifúndios e outros componentes da Mãe Terra nas mãos de latifundiários.” Além disso, estabelece-se a regulação e o controle da “estrangeirização da propriedade”, bem como o acesso e uso dos componentes da Mãe Terra, inclusive os minérios e o petróleo (adaptado de DUARTE, 2017).

Que lei magnífica! Ah, se não fosse letra quase morta. Ah, se fosse obedecida. Teríamos atingido a gestão ecológica perfeita, o ápice da integração humanidade-natureza, o desenvolvimento ideal das aspirações humanas em harmonia com os ciclos naturais. A Ética do Bem Viver. As Constituições do Equador (em 2008, Direitos da Natureza) e da Bolívia (em 2009) contém este arcabouço. Infelizmente são ideias que praticamente não saem do papel.

A EBV são os princípios acima. São os ditos pelo autor supracitado, pela lei boliviana, pelos movimentos sociais indígenas, com inspiração ancestral, adaptados à modernidade, com a crítica social ao capitalismo excludente e ecologicamente negativo. É o

próprio viver ecológico, o cuidado no uso de recursos e na produção de resíduos. É a sustentabilidade efetiva, mais profunda, e não a maquiagem da “economia verde”, o “marketing ambiental”, ou o “desenvolvimento sustentável”.²³

A EBV enfatiza o caráter democrático e participativo, mas principalmente com respeito às culturas locais/ancestrais das populações e comunidades tradicionais, à diversidade e à natureza. A democracia é praticada em densas assembleias e espaços comunitários (conforme supracitado, de fato é o que observamos nas aldeias acreas).

Propõe-se outra economia: solidária, responsável e comunitária, ou seja, uma grande transformação. Orienta-se pela qualidade de vida, com atendimento das necessidades humanas fundamentais, e portanto, contra o consumismo capitalista. A riqueza monetária é o grande problema socioambiental, e não a pobreza. Enfatiza a produção local, ou “iniciativa zero quilômetro” (neste ponto é idêntico à obra “*Small is beautiful*”, de Ernst Schumacher e aos princípios do Ecodesenvolvimento, de Ignacy Sachs).²⁴ Menciona-se o acesso ao trabalho qualificado para todos, com diminuição da jornada. Guia-se pela justiça social, com acessos iguais à educação, moradia, alimentação, vestuário, serviços de saúde, etc. Recomenda-se não privatizar os bens comuns, enfatizando-se a importância da dimensão pública (adaptado de GONZALEZ, 2016).

A EBV trata da resistência dos povos originários, propondo alternativas anti-capitalistas, opondo-se à ideologia do desenvolvimento. A partir de uma perspectiva ética que entenda o meio ambiente como um valor intrínseco e ontológico, reconstrói utopias e propõe uma outra política. Trata-se de escutar diversas vozes como as ecologistas, as feministas, as cooperativistas, os marxistas e os humanistas. Questiona-se fortemente o colonialismo (e neste ponto pode-se dizer que coaduna com os autores da Teoria Decolonial). Traz um discurso contra-hegemônico. Outro modelo civilizatório. Um dos entusiastas da Ética do Bem Viver é o importante sociólogo da atualidade, Boaventura de Sousa Santos (adaptado de RÜSCHE, 2016).

Propõe-se uma nova perspectiva jurídica, os direitos da natureza. Defendem-se os sistemas de vida como um todo. Os bens tutelados são os ecossistemas e as coletividades (adaptado de RÜSCHE, 2016). Aliás, a própria legislação brasileira é tida como avançada, desde a Política Ambiental de base (Lei n. 6.938 de 1981) bem como a Constituição e diversas outras leis e normas, pois contêm os princípios da precaução, prevenção, reparação e pagamento por danos ambientais, entre outros. Porém, o cenário dos últimos dez anos, pelo menos, é de ataque e revisão frontal de toda a legislação ambiental e indigenista, bem como sucateamento dos órgãos públicos que trabalham com meio ambiente, índios e beneficiários da reforma agrária (GRAF, 2012; 2014). Os mentores dos ataques são os grandes latifundiários (a bancada ruralista do Congresso Nacional), as grandes empreiteiras e outros “grandes” em riqueza monetária. A legislação e os critérios socioambientais atrapalham seu lucro. A lógica reinante ainda é a do capitalismo extremamente desigual e ecologicamente predatório. A passos largos.

A Ética do Bem Viver traz a forte ligação com a terra, o território, a “Mãe Terra”. É exatamente a cosmologia indígena. Os indígenas são extremamente conectados com seus territórios, deles dependem para tudo, inclusive espiritualmente. Boa parte deles não quer se desfazer de seus territórios ancestrais, onde estão enterrados seus antepassados. No

²³ Há vasta literatura que contesta ou problematiza o termo “desenvolvimento sustentável” (DS), pois o “desenvolvimento” tal qual posto hegemonicamente significa, na verdade, “crescimento” econômico. O crescimento linear jamais será sustentável num planeta finito e cíclico. O DS é definido como a satisfação das necessidades presentes sem afetar as das gerações futuras, porém não conceitua as “necessidades”. E enquanto o consumismo reinante considerar qualquer inovação tecnológica e preço acessível como “necessidade”, jamais seremos sustentáveis, e aliás, nem desenvolvidos, nos sentidos humano, social, cultural e ecológico.

²⁴ Estas brilhantes literaturas demonstram que a produção local é sempre preferível, ecológica e culturalmente. É a autossustentabilidade endógena. A ênfase aos produtos e aptidões naturais locais, às tecnologias sustentáveis e brandas, ao aumento da vida útil, reciclabilidade e naturalidade dos produtos, bem como às pequenas escalas (adaptado de SACHS, 1986, e de SCHUMACHER, 1977). Um dos benefícios óbvios é a eliminação dos impactos gerados com transportes de produtos industrializados para longe, mas há muito mais vantagens.

caso dos Guaranis, isso é tão sério que eles preferem se suicidar do que mudar de lugar. Não aceitam outras terras oferecidas pelo governo.

“O ‘bem viver’ visa a uma ética da suficiência para toda a comunidade e não apenas para o indivíduo. O ‘bem viver’ supõe uma visão holística e integradora do ser humano inserido na grande comunidade terrenal que inclui além do ser humano, o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais. É estar em profunda comunhão com a Pachamama (Terra), com as energias do universo e com Deus. (...) ‘Bem viver’ é estar em permanente harmonia com o todo, celebrando os ritos sagrados que continuamente renovam a conexão cósmica” (BOFF, 2016).

Os ritos sagrados estão muito presentes nos povos indígenas, efetivamente. Os plantios e colheitas, e todos os ciclos. O *katxanawa* dos Huni Kuin, por exemplo, na época da colheita dos “legumes”,²⁵ é uma bonita e animada festa de um a três dias de duração, com vestimentas típicas, danças, cantos, tomada de caiçuma²⁶ e refeições coletivas dentro do *shubuã* (ou *kupixau*, um local coberto de palha, usado para festas). As danças, circulares e em fila com traçado imitando o movimento da jiboia, se dão em torno dos legumes, dispostos no centro. Nas vestimentas, saiotes de palha para homens e mulheres, sutiãs de cuia enfeitados de sementes para mulheres e parte dos homens se cobre totalmente com palhas verdes. Há também abundância de pintura corporal com jenipapo e urucum, e de enfeites: cocares, colares e pulseiras (ver figuras abaixo).

O corpo teórico da Ética do Bem Viver me parece mais uma releitura, com colorido sul-americano, de teorias bem semelhantes. Pois seus princípios estão presentes no Ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs (década de 1970), na Economia Ecológica e no Crescimento Zero de muitos autores,²⁷ no pensamento sistêmico de Edgar Morin e Fritjof Capra, na Ética do Cuidado de Leonardo Boff, na Justiça Ambiental, na Permacultura e, com destaque, na **Ecologia Profunda**, elaborada por Arne Naess, em 1973.

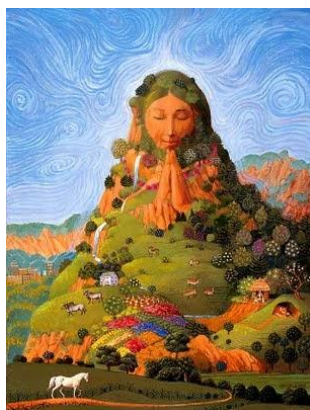


Figura 3: A Pachamama, Mãe Terra ou Gaia.

Disponível em: <http://yogui.co/bolivia-cria-lei-que-considera-mae-terra-um-ser-vivente/>.

Acesso em maio de 2017.

²⁵ No Acre, o conjunto de legumes, verduras, tubérculos e cereais plantados é popularmente chamado de “legumes”, pela população em geral, em especial a florestal/rural.

²⁶ Caiçuma é uma bebida típica indígena, à base de macaxeira fermentada.

²⁷ Nicholas Georgescu-Roegen, “A lei da entropia e o processo econômico”, de 1971; Meadows et al, “Limites do crescimento”, de 1972; Herman Daly, “Economia do século XXI”, de 1984; e autores mais recentes, como Serge Latouche e os indianos Amartya Sen, Vandana Shiva e Satish Kumar, e no Brasil, Clóvis Cavalcanti, sem esquecer um importante inspirador histórico, John Stuart Mill, em meados do século XIX.



Figura 4: O katxanawa.

Disponível em: www.acreaovivo.com.br. Acesso em: maio de 2017.



Figura 5: O Katxanawa, homens vestidos de palhas verdes.

Disponível em: www.gostodebrasil.com.br. Acesso em: maio de 2017.

4. A Ecologia Profunda

A Ecologia Profunda, corrente da Ética Ambiental, ao meu ver é mais abrangente e anterior à EBV. Ela trata de dois princípios básicos: 1) Valor intrínseco de cada ser vivo / não-vivo (e portanto, direitos iguais entre eles, como menciona a lei boliviana supracitada, os “direitos da natureza”), incluindo os rios, as montanhas, etc. Este é também o ecocentrismo, ou o biocentrismo; 2) Auto-realização de cada ser. Todos os seres vivos e não-vivos têm o direito de se desenvolver no âmago de suas intenções plenas.

A seguir, um trecho literal de minha dissertação de mestrado que resume o central da Ecologia Profunda (GRAF, 2000, pp. 67-72). A Ecologia Profunda é dos arcabouços teóricos mais fantásticos já escritos, e considero vital para quem estuda as áreas ambiental, indígena e agroecológica.

Ecologia Profunda: Resignificação do Ser Humano na Terra²⁸

O termo “ecologia profunda” foi criado pelo filósofo norueguês Arne Naess em 1973. Esta vertente denomina-se “*ecocêntrica*” (cujo foco é toda a ecosfera²⁹ = geosfera + litosfera + hidrosfera + atmosfera + biosfera, ou seja, o conjunto do Planeta Terra com todos os seus seres, vivos e “não-vivos”), em oposição à dinâmica antropocêntrica. A Ecologia Profunda lança mão da Psicologia para explicar os comportamentos predominantemente egocêntricos, exploradores e destrutivos da humanidade. Essa linha filosófica se baseia em dois núcleos conceituais: a “igualdade biocêntrica” e a “auto-realização”.

²⁸ Extraído de GRAF, 2000, pp. 67-72. Trecho escrito com base nos principais teóricos da Ecologia Profunda: Arne Naess (1993), Bill Devall e George Sessions (1993), e também de Vandever & Pierce (1993).

²⁹ “Ecosfera” possui o mesmo significado de “Gaia” ou de “sistema-Terra”.

Igualdade Biocêntrica

Para a Ecologia Profunda, todas as coisas vivas têm o mesmo *valor intrínseco*, ou seja, a mesma importância ecológica, e portanto o mesmo direito à vida com qualidade. Ressalta-se que a Ecologia Profunda tem uma definição mais abrangente para “coisas vivas” do que simplesmente os seres vivos; engloba também as entidades naturais inanimadas, como os rios e as montanhas. Nesse sentido, se identifica com diversas cosmologias tradicionais, nas quais os rios, as montanhas, os trovões, os mares e as manifestações naturais têm grande importância e poder. Em algumas crenças antigas, o poder destes seres era tão grande que eles eram vistos como semi-deuses. A Ecologia Profunda é uma corrente explicitamente espiritualista.³⁰

A Ecologia Profunda está associada ao pensamento sistêmico, e segundo Fritjof Capra (1996), ela sintetiza este novo paradigma. Frank Golley (1994) também declara seu apoio à Ecologia Profunda, discorrendo acerca da indubitável validade ecológica de seus princípios básicos.

A partir da ampliação do conceito de existência na Terra, vinculado aos equilíbrios dinâmicos da ecosfera como um todo, lançam-se as bases para a realocação da importância, dos direitos e deveres dos seres humanos. Na ecosfera, como em todos os sistemas, o sofrimento de qualquer parte implica o sofrimento do todo. E mais: todas as partes da natureza são importantes, sem hierarquias. É o conceito da “igualdade biocêntrica”: todos os seres, vivos e não-vivos, têm igual direito à existência, em sua integridade singular e em suas relações com o todo, segundo os equilíbrios dinâmicos dos ecossistemas.

Baseados nessa premissa, os homens devem questionar seus modos de vida; o resultado é a decisão de interferir o menos possível nas dinâmicas naturais, de maneira a garantir somente a satisfação das necessidades básicas – é o “*princípio da mínima interferência*”. As atividades humanas devem ser integradas à natureza, de forma a respeitar seus ciclos e dinâmicas originais.

John Seed, ativista da Ecologia Profunda, nos fala a respeito da integração homem-natureza:

“... para meu espanto, descobri que a ilusão da separação [homem-natureza] era muito frágil, e que tudo não passava de uns poucos filtros conceituais nos impedindo a união com a Terra. Basta segurar a respiração por alguns minutos e você compreenderá a ilusão da separação. (...) Reconhecer nossa conexão com a natureza é bastante simples e acessível, independentemente de onde moremos. Podemos achar que vivemos envoltos de concreto e plástico, mas (...) veremos que o concreto é feito de areia e as peças plásticas de crustáceos. (...) Basta sair da superfície e a artificialidade das coisas começa a desaparecer” (John Seed apud NAESS, 1993).

Auto-Realização

O termo “*auto*” foi traduzido do “*self*”, em inglês (de “*self-realization*”), que vem da linguagem da Psicologia – o “eu”, ou seja, a expressão mais profunda do ser. Por auto-realização entende-se a maturidade existencial plena do indivíduo, que para a Ecologia Profunda é o objetivo principal da vida na Terra, e tem fundamento espiritual. Esta plenitude do ser se dá através de um complexo processo de sucessivas *identificações* do

³⁰ A autora Joan Halifax (1998) encontra paralelos da Ecologia Profunda com cosmologias ancestrais diferentes entre si: o *xamanismo*, ocidental e indígena, e o *budismo*, oriental.

indivíduo com outros indivíduos e com o meio (entendendo como indivíduos os seres de qualquer espécie).³¹

A auto-realização se dá através da perfeita integração, solidária e saudável, do indivíduo com tudo o que o cerca. É, portanto, um *processo altruísta*, na medida em que se efetiva mediante a perfeita harmonia entre um *self* e todos os demais *selves*. A satisfação individual depende da satisfação coletiva, bem marcada pela célebre frase da Ecologia Profunda: “ninguém está salvo enquanto todos não estivermos salvos” (DEVALL & SESSIONS, 1993, p. 217, tradução própria).

A auto-realização passa pelo aumento do amor e do cuidado para com nós mesmos e para com todo os seres, pela superação do egoísmo em favor do todo. A superação do egoísmo nas relações humanas já é relativamente consensual. O momento atual é o de superação do egoísmo como um todo, de forma a abraçarmos não só nossos iguais mas também todos os seres. Trata-se da valorização do nosso “*eu ecológico*”.

Para a Ecologia Profunda, a questão ecológica não é técnica ou científica, mas sim filosófica, psicológica e espiritual: não precisamos de “ciências coletivas”, mas sim de “terapias coletivas” (NAESS, 1993). Seus adeptos lançam mão de conceitos filosóficos de diversas religiões, especialmente das metafísicas orientais hindu, budista e taoísta. Uma forte influência é a linha da não-violência de Mahatma Gandhi. Os ecologistas profundos falam em “*reconhecimento do sagrado em tudo*”, o que leva a atitudes ecológicas em essência. A Ecologia Profunda elenca alguns valores como universais: o cuidado, o respeito e a responsabilidade (NAESS, 1993).³²

Os oito princípios básicos da Ecologia Profunda são:

1) *O bem-estar e o florescimento das formas de vida humanas e não-humanas tem seu valor intrínseco – independente de qualquer juízo de valor utilitário.*

2) *A diversidade das formas de vida é desejável, pois acentua as possibilidades de auto-realização.*

Segundo a teoria dos sistemas, quanto mais complexo for o sistema, ou quanto mais diversos e abundantes seus elementos, maior será a sua *elasticidade*, ou seja, sua resistência e adaptabilidade frente a efeitos desequilibradores, através de sua capacidade de *auto-organização* e de *auto-criação* de um novo estado de equilíbrio (CAPRA, 1996). Dessa forma, a diversidade ecológica, ou biodiversidade, é uma riqueza vital para garantir a qualidade de vida dos seres.

3) *Os seres humanos não têm o direito de diminuir essa diversidade, exceto para satisfazer suas necessidades vitais.*

É sabido que qualquer atividade humana interfere na ecosfera. No entanto, existem interferências mais ou menos desequilibradoras. Cabe aos homens o estudo das dinâmicas naturais e o dimensionamento de suas atividades de forma a integrar-se a essas dinâmicas tanto quanto possível, evitando ao máximo as interferências, também chamadas de influências ou impactos ambientais. O princípio ético que norteia esse dimensionamento é a *prevenção* de interferências, que necessariamente exige a reflexão sobre as reais necessidades humanas, e a conseqüente negação do consumismo. A prevenção é também interpretada como “princípio da precaução”. Nesse sentido, o importante ecólogo Barry Commoner (1974) postula uma “lei da Ecologia”, segundo a qual “*a natureza sempre sabe melhor*” (*nature knows best*).

³¹ O fundador da Ecologia Profunda, Arne Naess, é filósofo e psicólogo. O conceito de auto-realização vem diretamente da Psicologia e seu arcabouço conceitual.

³² Um exemplo da relação entre ecologia e espiritualidade é o fato de que, na China, os locais mais preservados são as proximidades dos templos budistas e taoístas ancestrais, repletos de cobertura florestal original (YU-SHI, 1994).

4) *A mudança ideológica se dará no sentido de alcançar a qualidade de vida, que nada tem a ver com altos padrões de vida (e de consumo). Existe uma grande diferença entre “bom” e “grande”.*

A Ecologia Profunda propõe uma alteração comportamental significativa, no sentido da diminuição do consumo e da simplificação dos hábitos. A consciência ecológica leva a atitudes diametralmente opostas às das sociedades tecnocráticas-industriais (DEVALL & SESSIONS, 1993). Seus textos denunciam o materialismo e os imensos padrões de consumo, incutidos na sociedade pela propaganda poderosa, através da criação de falsas necessidades e de ilusões de felicidade (DEVALL & SESSIONS, 1993).

5) *O florescimento das formas de vida humanas e não-humanas culminará no fim do problema da super-população.*

A super-população humana nada mais é do que um dos desequilíbrios ecológicos da ecosfera, em que também há super-população de gado, de insetos, de ratos, etc. Através da auto-realização, ecológica em essência, os equilíbrios ecológicos se restabelecerão e não haverá mais a super-população. Enquanto não se completa esse processo, admitem-se políticas de redução do crescimento populacional, mediante um processo educativo, com prioridade para as sociedades mais industrializadas e consumistas, já que seus habitantes exercem os maiores impactos ambientais no planeta.

6) *A interferência do ser humano sobre o mundo não-humano na atualidade é excessiva, e tende a piorar se nenhuma atitude for tomada.*

7) *As políticas precisam ser alteradas em profundidade, afetando as estruturas ideológicas, tecnológicas e econômicas. O resultado será um estado radicalmente diferente do atual.*

A Ecologia Profunda não apresenta fórmulas rígidas de atuação, mas defende a ação para as mudanças. “Os homens devem se colocar corajosamente no interior das sociedades, procurando atuar segundo os princípios de solidariedade ecológica”. As próprias comunidades e sociedades estabelecerão seus códigos de ética e padrões de qualidade de vida (VANDEVEER & PIERCE, 1993). Recomendam-se ações diretas de cidadãos de diversas formas, por exemplo, na forma de ONGs de abrangência internacional (DEVALL & SESSIONS, 1993).

8) *Aqueles que se identificam com os princípios acima descritos têm, necessariamente, um compromisso no sentido das mudanças necessárias para atingi-los.*

A Ecologia Profunda se faz presente no movimento ambientalista norte-americano, influente na política ambiental da Califórnia. Nesse estado a questão ambiental está consideravelmente avançada: proíbem-se novas indústrias e corte de árvores e incentivam-se as formas ecológicas de obtenção de energia (solar e eólica).

5. Lista de siglas

AAFI: agente agroflorestral indígena

AAV: agente ambiental voluntário

Aepi: Assessoria Especial dos Povos Indígenas do Estado do Acre

Agroecol: Seminário de Agroecologia da América do Sul

Amaaiac: Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestrais Indígenas do Acre

Apib: Articulação Nacional dos Povos Indígenas

Apiwtxa: Associação Ashaninka do Rio Amônia
ATER: Assistência técnica e extensão rural
CEF: Caixa Econômica Federal
CNPT: Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CPI: Comissão Pró-Índio
EBV: Ética do Bem Viver
Funai: Fundação Nacional do Índio
ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Imac: Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre
Inpe: Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais
ISA: Instituto Socioambiental
MMA: Ministério do Meio Ambiente
OEA: Organização dos Estados Americanos
ONG: organização não governamental
ONU: Organização das Nações Unidas
Opiac: Organização dos Professores Indígenas do Acre
PGATI: Plano de Gestão Ambiental de Terra Indígena
PGTI: Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terra Indígena
Pngati: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas
SAF: sistema agroflorestal
Seaprof: Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Estado do Acre
Sema: Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre
TI: terra indígena
UC: unidade de conservação

6. Referências Bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. (2016) *O bem viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Ed. Elefante
- ALBUQUERQUE, M. B. B. (2011) *Epistemologia e saberes da Ayahuasca*. Belém: EDUEPA (Editora da Universidade Estadual do Pará).
- BOFF, Leonardo. (2016) Disponível em:
- CAPRA, Fritjof. (1996) *A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix.
- COMMONER, B. (1974) *The closing circle: Nature, man and technology*. New York: Bantan Books.
- DEVAL, B. & SESSIONS, G. (1993) Deep ecology. In: VANDEVEER, D. & PIERCE, C. (eds.) *The environmental ethics and policy book: Philosophy, ecology, economics*. Belmont: Wadsworth Publishing Company. Pp. 215-220.
- DUARTE, T. L. (2017) *Bolívia cria lei que considera a Mãe Terra um ser vivente*. Disponível em: <http://yogui.co/bolivia-cria-lei-que-considera-mae-terra-um-ser-vivente/>. Acesso em 31/05/2017.
- FRANCO, Mariana C. P. (2008) *Os Milton: Cem anos de história nos seringais*. Rio Branco: EDUFAC (Editora da Universidade Federal do Acre). 2ª. Ed.
- GOLLEY, F. B. (1994) Grounding environmental ethics in ecological science. In: FERRÉ, F. & HARTEL, P. (eds.) *Ethics and environmental policy: Theory meets practice*. Athens: The University of Georgia Press. Pp. 9-20.
- GONZALEZ, A. (2016) “Bem viver”, o conceito que imagina outros mundos possíveis já se espalha pelas nações. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/bem-viver-o-conceito-que-imagina-outros-mundos-possiveis-ja-se-espalha-pelas-nacoes.html>. Postado em: 01/02/2016.
- GRAF, Roberta. (2000) *Ética e política ambiental: Contribuições da ética ambiental às políticas e instrumentos de gestão ambiental*. Santa Bárbara d’Oeste: Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba). (Dissertação de mestrado, orientação: Prof. Dr. Paulo Jorge M. Figueiredo)
- _____. (2012) *Ainda o desmonte do IBAMA, os nossos políticos e nós, os eleitores*. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br>, postado em em 29 de outubro de 2012, e em: www.ecodebate.com.br, postado em 30 de outubro de 2012.
- _____. (2014) *Gestão ambiental de terras indígenas, um pouco do Acre e os retrocessos das políticas indígena e ambiental brasileiras*. Disponível em: www.ecodebate.com.br, postado em 25 de agosto de 2014, e em: <http://racismoambiental.net.br>, postado em 23 de agosto de 2014.
- HALIFAX, J. (1998) O terceiro corpo: Budismo, xamanismo e ecologia profunda. In: NICHOLSON, S. & NAESS, A. (1993) Self realization: An ecological approach to being in the world. In: VANDEVEER, D. & PIERCE, C. (eds.) *The environmental ethics and policy book: Philosophy, ecology, economics*. Belmont: Wadsworth Publishing Company. Pp. 222-226.
- OCHOA, M. L. P. & TEIXEIRA, G. de A. (orgs.) (2006) *Aprendendo com a natureza e conservando nossos conhecimentos naturais*. Rio Branco: Opiac / CPI-Acre.

- ROCHA, M. C. (2016) *A agroecologia e os Agentes Agrofloretais Indígenas no Acre*. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?%2FEspecial%2FEspecial-Agroecologia%2FA-agroecologia-e-os-Agentes-Agroflorestais-Indigenas-no-Acre%2F216%2F36144#.V2qA9YuArEU.facebook>. Postado em 19/05/2016.
- ROSEN, B. (comp.) *A vida oculta de Gaia: A inteligência invisível da Terra*. São Paulo: Gaia. Pp. 157-169. <http://leonardoboff.com/site/vista/2009/mar27.htm>. Acesso em: maio de 2016.
- RÜSCHE, A. (2016) *O bem viver: Um novo horizonte*. Disponível em: <http://rosaluxspba.org/um-novo-horizonte/>. Postado em 20/01/2016.
- SACHS, Ignacy. (1986) *Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- SCHUMACHER, Ernst. F. (1977) *O negócio é ser pequeno: Um estudo de economia que leva em conta as pessoas*. Rio de Janeiro: Zahar. 3ª ed.
- VANDEVEER, D. & PIERCE, C. (eds.) (1993) *The environmental ethics and policy book: Philosophy, ecology, economics*. Belmont: Wadsworth Publishing Company.
- YU-SHI, M. (1994) Evolution of environmental ethics: A chinese perspective. In: FERRÉ, F. & HARTEL, P. (eds.) *Ethics and environmental policy: Theory meets practice*. Athens: The University of Georgia Press. pp. 43-57.